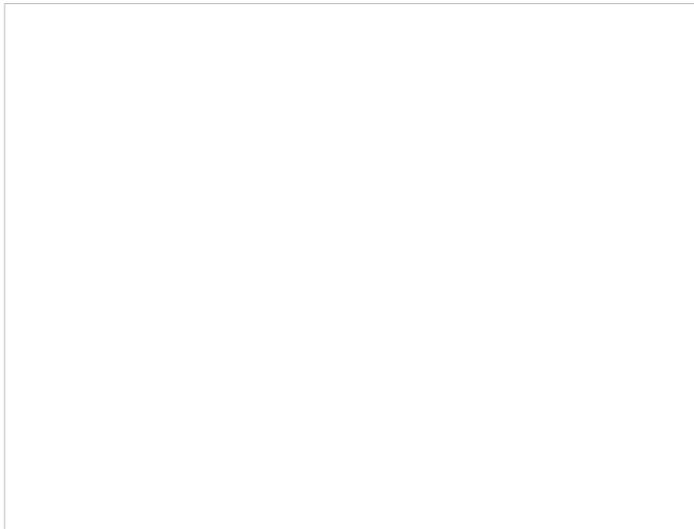


09/10/2018 10:19 - A hora do Brasil



A taxativa vitória do ultradireitista Jair Bolsonaro (PSL) no primeiro turno das eleições presidenciais realizadas no domingo, 7, no Brasil coloca o eleitorado diante de uma decisão radical. No segundo turno, previsto para o dia 28 de outubro, já não se trata de escolher entre duas opções políticas diferentes, mas ambas democráticas, e sim entre um candidato que entende e cumpre os padrões de governança das democracias ocidentais e outro que despreza e considera inválido o sistema de liberdades que desde o final da ditadura garante a igualdade e o progresso de 208 milhões de brasileiros.

Bolsonaro, com um discurso abertamente xenófobo, racista, homofóbico e laudatório da ditadura militar (1964-1985) obteve 46% dos votos, muito perto da maioria absoluta que lhe teria outorgado diretamente a chefia do Estado. Fernando Haddad, do histórico Partido dos Trabalhadores (PT), e candidato sucessor do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, conseguiu passar ao segundo turno com 29,3%. Mais preocupante do que

os números é o fato de que as falas de Bolsonaro tocaram amplas camadas da população brasileira que veem esse militar da reserva como a solução da profunda crise institucional e econômica que assola o país há quatro anos e pelas quais culpa exatamente o PT.

A diferença de votos entre os dois é grande, mas não intransponível porque o que está em jogo é muito mais do que uma vitória eleitoral. É assim que devem entender a situação tanto os eleitores de qualquer tendência política quanto Haddad, que pelo segundo turno é obrigado a realizar uma exposição integradora e de abertura em relação aos que até domingo eram seus grandes rivais no campo democrático. Sua candidatura já não é somente a do PT e sim a de todos os democratas do Brasil.

Nessa encruzilhada os que foram rivais de Haddad no primeiro turno farão bem em abandonar a exasperante colocação que apresenta o candidato do PT e Bolsonaro como dois extremos comparáveis. Nada mais longe da realidade. Com todas suas polêmicas, problemas, escândalos e processos judiciais, o PT é um partido que na oposição sempre respeitou as regras do jogo democrático, que ganhou três eleições presidenciais de forma absolutamente limpa, sob cujo governo a democracia brasileira se transformou em um exemplo de progresso e que entregou o poder como a lei exigiu mesmo considerando que o procedimento - o impeachment da presidenta Dilma Rousseff em 2016 - era politicamente ilegítimo. Pelo contrário, o candidato a vice de Bolsonaro fala abertamente em reformar a Constituição de uma forma ilegal - mediante um conselho de notáveis - e justifica a possibilidade de um golpe de Estado se as circunstâncias permitirem, propostas que Bolsonaro rejeitou. O próprio candidato, no entanto, fala abertamente em dar um papel preponderante ao Exército e carta branca à polícia para matar. Não é possível continuar dando pouca importância a declarações inaceitáveis marcando-as como uma estratégia para ganhar eleições. Nem tudo vale.

O Brasil não é a primeira democracia que vive essa situação. A França já passou por isso em 2002 quando Jean Marie Le Pen chegou ao segundo turno. Os franceses, à época, perceberam que a democracia não tem atalhos e votaram em Jacques Chirac. Agora é a vez dos brasileiros.

Fonte: El País